

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução Redes Sociais



Jogo de Bolsonaro com Nunes é dúbio

Jogo de Bolsonaro não é para agora. É para 2026

Quando o ex-presidente Jair Bolsonaro desembarcou em Curitiba e provocou a ira do pastor Silas Malafaia manifestando apoio à jornalista Cristina Graeml (PMB) em detrimento de Eduardo Pimentel (PSD), oficialmente apoiado pelo PL, seu partido, o objetivo não era exatamente a eleição municipal deste ano. O presidente do PSD, Gilberto Kassab, sinalizou em en-

trevistas que seu partido poderia ter o governador do Paraná, Ratinho Jr, como candidato à Presidência na sucessão de Luiz Inácio Lula da Silva em 2026. Quando Bolsonaro vai a Goiânia apoiar Fred Rodrigues, embora ele seja do PL novamente seu foco não é agora, mas 2026: mina as possibilidades presidenciais do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, do União.

Vitórias

Se Pimentel vence em Curitiba, isso turbinaria as chances de Ratinho Jr. Se Mabel dá um passeio em Goiânia, alavanca Caiado, que é o seu padrinho. Então, Bolsonaro age não exatamente para fazer mais prefeitos para o PL, mas para garantir que ninguém lhe faça sombra.

São Paulo

É exatamente essa a razão dos movimentos confusos de Bolsonaro em São Paulo. No almoço em apoio ao prefeito Ricardo Nunes, Bolsonaro fez questão de dizer que o candidato em 2026 é ele, constringendo o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Paulo Pinto/Agência Brasil



Se Ratinho Jr entra na sucessão, então, é miná-lo

Valdemar queria mil prefeitos. Bolsonaro, senadores

O plano original do PL, Valdemar Costa Neto, era eleger mil prefeitos nas eleições municipais deste ano. Não vai chegar aí. Elegeram 511 no primeiro turno. Disputa mais 23 no segundo turno. De qualquer modo, cresceu, fazendo 160 prefeitos a mais. Há uma lógica diferente na estratégia para fazer prefeitos. O par-

tido tem de focar na situação local em cada cidade. Em algumas, faz sentido fazer alianças com o adversário. Esse é o jogo de Valdemar, não é o de Bolsonaro. O ex-presidente trabalha para consolidar dentro e fora do seu partido um campos mais à extrema-direita. Que lhe garanta uma maioria de senadores.

Cenário

E daqui até 2026 ir construindo um cenário que galvanize desde já o grupo mais ligado a ele. Para, por exemplo, aprovar o projeto de anistia aos condenados no 8 de janeiro de uma forma que possa também beneficiá-lo e colocá-lo de volta no jogo da sucessão.

Câmara

Mais claro o jogo de Bolsonaro, ele começou a repercutir na sucessão da Câmara dos Deputados. Na condição de equilibrista entre seus interesses e os de Bolsonaro, Valdemar Costa Neto declarou em entrevista que o partido iria pressionar Lira para votar o projeto de anistia.

De volta

Então, com o ex-presidente de volta ao jogo, formar uma maioria sólida no Senado. Para então, partir para a segunda parte do plano: conseguir introduzir a aprovar projetos de impeachment dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e outros, enfraquecendo o Judiciário.

PT

Imediatamente, produziu uma reação do líder do PT, Odair Cunha (MG), que estava inclinado a apoiar Hugo Motta (Republicanos) na sucessão de Lira. Se o acordo de Motta com o PL passar por compromisso com o projeto, o PT cai fora. O PSD de Antônio Brito (BA) assiste a tudo.

Corrida contra o tempo para aprovar a tributária

Eduardo Braga apresenta cronograma de trabalho

Por Gabriela Gallo

Após ter a sessão adiada, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (23), o plano de trabalho para discutir e elaborar o relatório do primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2024). O planejamento foi elaborado pelo relator da proposta, senador Eduardo Braga (MDB-AM), que propôs um esforço concentrado nas próximas três semanas. O planejamento prevê 11 audiências públicas, que começarão na próxima terça-feira (29) e terminarão em 14 de novembro (quinta-feira). Ao final das audiências serão realizadas duas sessões temáticas no plenário do Senado para ouvir governadores e prefeitos. Finalmente, o texto será votado no plenário da Casa.

Apesar de o texto ter chegado da Câmara dos Deputados em agosto, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o presidente da CCJ, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), firmaram um acordo para começar a tramitar o projeto ao final do calendário das eleições municipais, que terminam neste domingo (27).

"Ambiciosa meta"

Ao apresentar a cronograma, Eduardo Braga comentou que tem a "ambiciosa meta" de concluir a análise do projeto ainda neste ano, seguindo as expectativas dos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). De acordo com o relator, a expectativa é viabilizar a votação da



Geraldo Magela/Agência Senado

Braga sabe das dificuldades de cumprir os prazos: "Ambiciosa meta"

matéria "da forma mais breve possível, sem açosamentos ou atropelos".

Ao Correio da Manhã, o professor de Ciência Política no Centro Universitário UDF André Rosa destacou que é "amplamente possível" aprovar o PLP 68/2024 ainda neste ano.

"O próprio cronograma do governo é que a regulamentação seja implementada este ano porque seria uma grande vitória, não só do próprio governo, mas também do Legislativo. Eu vejo com bons olhos uma aprovação neste ano. Até porque se nós observarmos a pauta do Executivo perante o legislativo, e também as próprias preferências do Legislativo em termos de pauta neste segundo semestre, muito provavelmente deve ser quase uma das pautas únicas", disse à reportagem.

Diante disso, o cientista político ainda completou que

o tema deverá ser a principal prioridade nas duas Casas. "Não vejo o Congresso com uma pauta muito cheia para o segundo semestre, visto o cronograma de atividades, que está posto. A tendência é que o texto seja, sim, aprovado este ano, a não ser que ocorra algum acordo fora do esperado para que isso não aconteça", reiterou Rosa.

A reforma

A reforma tributária unifica cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) sobre consumo e produção em apenas um, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que vai incidir no momento da venda do bem. Será um "IVA dual", ou, seja, na prática, dois impostos com a mesma finalidade. O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), será cobrado pelos estados e municípios. E a Contribuição sobre Bens e Serviços

(CBS) pela União. Há ainda o Imposto Seletivo (IS), uma alíquota mais elevada para inibir o consumo de produtos que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. O projeto prevê alíquotas diferenciadas para determinados produtos e serviços. E é isso o que o PLP 68 detalha.

CAE

Durante a sessão na CCJ, o senador Izalci Lucas (PL-DF) solicitou que o projeto também tramite na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa. Enquanto a CCJ não pautou o tema e não tinha oficializado Eduardo Braga como relator da proposta, a CAE realizou uma série de audiências para discutir o tema.

Em resposta, Eduardo Braga destacou que a competência "é inequívoca e exclusiva da CCJ", mas a CAE não foi excluída.

PL da anistia vira moeda de troca na disputa da Câmara

Valter Campanato/Agência Brasil



Valdemar quer condicionar apoio à anistia

Após o segundo turno das eleições municipais, neste domingo (27), a próxima semana será marcada por fortes negociações para as eleições das presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Dentro desse cenário, o Projeto de Lei (PL) nº 2858/2022, que concede anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília, vira moeda de troca para os candidatos que visam à presidência da Câmara. Atualmente, o projeto aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, com altas expectativas de ali ser aprovado.

Desde o início da semana, o presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, vem pressionando o atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para incluir o ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL) na PEC e pautá-la ainda neste ano. Em troca, os candidatos do PL apoiariam o candidato de Lira. Apesar de não ter declarado oficialmente apoio ao líder do Republicanos na Câmara, deputado Hugo Motta (PB), Lira sinalizou que ele será o candidato que apoiará na corrida eleitoral pela Mesa Diretora da Casa.

Jair Bolsonaro está proibido de disputar as eleições presidenciais até 2030, por determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), acusado de abuso de poder político e mau uso dos

meios de comunicação. Com o pedido do presidente do PL, a medida tenta reverter a decisão do TSE para que Bolsonaro possa concorrer à Presidência nas eleições de 2026 já que, para Valdemar, ele é o único candidato da direita com força suficiente para vencer a disputa. Tanto que as negociações após o segundo turno eleitoral são estratégicas, para tentar aproveitar a força da centro-direita para as decisões do Congresso.

Lira e PT

O PL é o partido com a maior bancada na Câmara dos Deputados. Porém, nos bas-

tidores, aliados argumentam que Lira dificilmente pautará o tema enquanto ainda for presidente da Casa. A priori, a justificativa poderia ser que há uma série de matérias para serem apreciadas na Câmara, como os destaques do segundo texto que regulamenta a reforma tributária (PLP 108/2024) e a dívida dos Estados com a União. Além do primeiro projeto da reforma tributária que, votado no Senado, voltará para a Câmara. Mas além disso, há uma pedra no sapato desse acordo: o Partido dos Trabalhadores (PT).

Como citado em edições anteriores do Correio da Ma-

nhã, com um racha dentro da direita, o PT (segunda maior bancada na Câmara) passou a ser considerado o fiel da balança para decidir o novo presidente da Casa. Apesar de não ter força para lançar um candidato próprio para concorrer ao cargo, o apoio do partido e demais parlamentares de esquerda é cobijado.

E, diante da possibilidade de Lira pautar o projeto de anistia, o líder do PT na Câmara, deputado Odair Cunha (MG), destacou que não apoiará nenhum acordo que envolva compromisso com a votação da anistia. O deputado anunciou que até apoiaria Hugo Motta, desde que o PL da anistia não estivesse em jogo. Apesar da declaração do parlamentar, ainda não foi definido um consenso no PT sobre quem a bancada apoiará.

Isso porque, apesar de Motta ter a simpatia de alguns parlamentares da federação PT-PCdoB-PV, a proximidade do candidato com o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), preocupa aqueles que são contrários. Isso porque Ciro Nogueira foi ministro da Casa Civil no governo Bolsonaro e é atualmente um dos principais articuladores da bancada bolsonarista no Congresso Nacional.

Com isso, há a possibilidade de o partido declarar apoio à aliança entre Elmar Nascimento (União Brasil-BA) e Antônio Brito (PSD-BA).